



**RAI - RELATÓRIO ANUAL
DE INFORMAÇÕES
2018**

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

A administração da BRF Previdência apresenta o Relatório Anual de Informações (RAI) referente a 2018, com informações sobre a gestão, por Plano e agregada, em especial, principais ações e fatos, investimentos, despesas administrativas e demonstrações contábeis, considerando parecer dos auditores independentes, atuarial e do Conselho Fiscal, além de manifestação do Conselho Deliberativo com a aprovação das demonstrações, em conformidade com determinações legais e Estatuto da Entidade.

1. GOVERNANÇA

A BRF Previdência é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Administra Planos de Benefícios patrocinados pela BRF S.A., SHB Comércio e Indústria de Alimentos S.A., Sociedade Esportiva e Recreativa Sadia, Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF, Sino dos Alpes Alimentos Ltda. e pela própria BRF Previdência.

A Diretoria Executiva da BRF Previdência é composta por três diretores executivos, todos com certificação para gestão de EFPC e habilitados pela Previc.

O Conselho Deliberativo é constituído por seis membros titulares e seis suplentes, dentre os quais dois titulares e dois suplentes são eleitos pelos participantes e os demais indicados pelas patrocinadoras. O Conselho Deliberativo é o principal órgão de decisões estratégicas, políticas e diretrizes da Entidade. Os conselheiros deliberativos, conforme determinação da Previc, são habilitados para o exercício da função pelo Diretor Superintendente no que tange às experiências e requisitos necessários para exercício do cargo.

O Conselho Fiscal é composto por três membros titulares e três suplentes, dentre os quais um titular e um suplente são eleitos pelos participantes e os demais indicados pelas patrocinadoras. É o órgão de controle da Entidade, responsável pela fiscalização dos atos de gestão, emissão de parecer às demonstrações contábeis e encarregado pela emissão do relatório de controles internos e de aderência às normas em vigor e às políticas de investimentos. Os conselheiros fiscais, conforme determinação da Previc, são habilitados para o exercício da função pelo Diretor Superintendente no que tange às experiências e requisitos necessários para o exercício do cargo.

A BRF Previdência tem um Comitê de Investimentos que se reúne para avaliar e acompanhar o desempenho dos investimentos, propor estratégias de ação e avaliar medidas, quando necessárias. Durante o ano de 2018 a frequência das reuniões do Comitê de Investimento foi bimestral, por determinação do Conselho Deliberativo.

A Entidade conta com Auditoria Interna e Controles Internos, cujas atividades em 2018 foram realizadas por dois prestadores de serviços para verificar, respectivamente, os atos de gestão e os processos e riscos e os controles em geral.

Existe, também, a Auditoria Independente que realiza avaliação das movimentações contábeis e financeiras da BRF Previdência e dos Planos, sendo responsável por emitir relatório (parecer) sobre as demonstrações.

Os diversos níveis de governança, dadas suas competências, atuam de forma complementar e com retroalimentação constante com o objetivo de se efetivar uma administração de destacada qualidade.

1.1. Missão, Visão, Valores

A gestão da BRF Previdência adota os princípios estabelecidos nas suas declarações de Missão, Visão e Valores, nas relações internas e externas da Entidade com seus participantes, patrocinadoras, colaboradores e com as partes relacionadas. As declarações são assim definidas:

- Missão: administrar, com excelência, planos de previdência para assegurar benefícios aos participantes.
- Visão: ser reconhecida por participantes, patrocinadores e sociedade pela competência, transparência e ética na gestão.
- Valores
 - ✓ **Transparência**: estabelecemos relações abertas com as partes interessadas e disponibilizamos informações confiáveis.
 - ✓ **Ética**: conduzimos nossa gestão e relacionamentos pautados em princípios e valores éticos.
 - ✓ **Comprometimento**: somos comprometidos com a excelência das ações, com os resultados e com a satisfação dos participantes e patrocinadores.
 - ✓ **Respeito**: tratamos as pessoas com respeito, prezamos pela cordialidade e harmonia, e valorizamos as relações interpessoais.
 - ✓ **Excelência**: desenvolvemos e valorizamos a melhoria contínua dos processos para atingir os objetivos com competência e qualidade.
 - ✓ **Cidadania**: respeitamos a diversidade humana. Valorizamos as pessoas, a sustentabilidade e a responsabilidade social.

2. CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2018 foi marcado por uma recuperação lenta da economia brasileira, pelo desemprego ainda elevado e por alguma instabilidade nos preços dos ativos financeiros decorrente, principalmente, do movimento dos caminhoneiros em maio e da eleição presidencial, embora no final do ano os desempenhos dos investimentos dos Planos tenham sido favoráveis de forma quase geral.

Destaques brasileiros foram os comportamentos da inflação, em patamares abaixo da meta, e dos juros básicos com prêmios (retorno além da inflação) nos menores patamares históricos.

Ao longo de 2018, as expectativas de crescimento foram sendo gradativamente reduzidas. No início do ano, esperava-se crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro próximo de 3% no ano. As expectativas foram piorando com a economia mostrando um ritmo mais fraco do que o esperado, sobretudo, pela incerteza com o futuro político do país e qual seria a agenda econômica adotada pelo novo governo. A greve dos caminhoneiros também contribuiu para a piora do crescimento da economia no ano, que recuou para algo próximo a 1,2%.

A taxa de desemprego caiu ao longo do ano e chegou a 11,7% no trimestre encerrado em setembro – acumulando 7 quedas consecutivas e atingindo o menor percentual desde meados de 2016. Entretanto, ainda são 12 milhões de brasileiros desempregados no país.

O dólar chegou a valer R\$ 4,19, nova máxima histórica, em meio à incerteza da corrida eleitoral, encerrando o ano ao redor de R\$ 3,90, dadas melhores expectativas após a eleição presidencial.

No período final de 2018, os índices de ações, como Ibovespa e IBr-X, renovaram suas máximas históricas e as taxas de juros dos ativos de renda fixa se encontravam em patamares bem menores do que os ocorridos no passado recente.

Para os próximos anos, existem expectativas favoráveis para novas altas no segmento de renda variável e diminuição dos juros dos ativos de renda fixa com alguma dependência, principalmente, de avanços nas condições fiscais brasileiras, em especial relacionadas a gastos e déficits públicos decorrentes em parte importante de condições da previdência pública. O mesmo valendo para o desenvolvimento brasileiro, dependente de importantes reformas que podem incrementar investimentos na economia, principalmente, em infraestrutura.

Na esfera internacional, em 2018 ocorreram destacados crescimentos econômicos de países com maior representatividade, ficando sua inflação e seus juros em níveis moderados.

Em contraposição, no final de 2018, houve alteração drástica das expectativas com o crescimento global com indicações de desaceleração para Estados Unidos, China e Zona Europeia. Também a discussão americana com a China sobre condições comerciais e sobre propriedades intelectuais entre os países perturbaram os preços dos ativos financeiros, inclusive dos chamados emergentes.

Para o futuro, as condições gerais são bastante desafiadoras para o desempenho dos ativos, dependentes no âmbito brasileiro de reformas, em particular previdenciária, para melhorar das condições para o desenvolvimento do Brasil e dos ativos financeiros.

As empresas brasileiras, de forma geral, estão em posições favoráveis para melhoria de desempenho dados enxugamentos realizados no passado recente, possibilidade de alavancagem de resultados operacionais e baixo nível relativo dos seus custos financeiros.

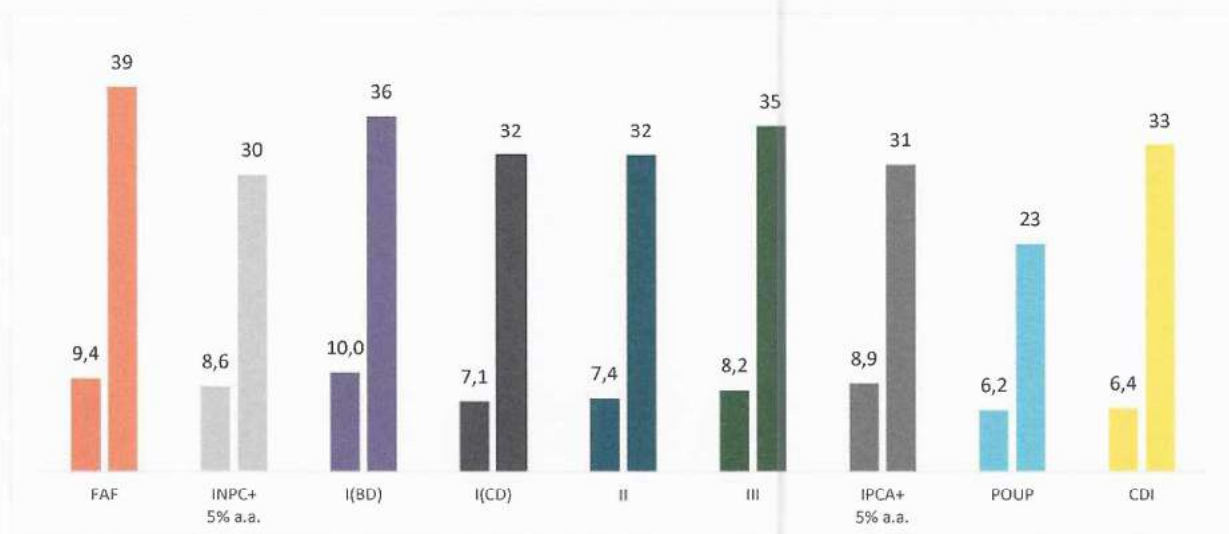
Dado que os preços dos ativos de renda fixa estão comprimidos, para o atingimento das metas no próximo ano a busca de maiores riscos em ativos de renda variável e fundos de investimento multimercado, por exemplo, são estratégias potenciais, a depender do perfil de risco dos investimentos de cada Plano e das concretizações dos cenários mais prováveis de representativos ajustes nas contas públicas.

3. RENTABILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Os resultados dos investimentos em 2018, foram mistos em relação às metas, com superação no Plano FAF e na Classe Benefício Definido (BD) do Plano I e desempenho inferior à meta nos Planos III, II e I Classe Contribuição Definida (CD).

Destaque para a rentabilidade líquida acumulada nos últimos 36 meses que foram superiores as suas metas, poupança e, a menos do Plano I (classe CD) e II, ao CDI. O gráfico a seguir demonstra os desempenhos acumulados em 12 meses (2018) e em 36 meses (2016 a 2018) por Plano e classe de Plano no caso do Plano I, metas, rentabilidade da poupança e CDI.

Conforme definido na Política de Investimento, o Plano de Benefícios I segrega seus ativos em Classe Benefício Definido (BD), que engloba os investimentos das reservas dos assistidos, e Classe Contribuição Definida (CD,) que engloba as reservas dos participantes ativos. Sendo assim, neste Relatório Anual de Informações, apresentaremos as informações do Plano I informando a classe BD, CD ou agregada.



▪ Plano FAF

As rentabilidades por segmento foram positivas no Plano FAF em 2018, sendo superiores à meta atuarial do Plano, a menos do segmento Renda Variável. O Plano rendeu 9,4%, 0,7% acima da meta atuarial (INPC + 5%) de 8,6%. Este resultado contribuiu para elevação do superávit de R\$ 452 milhões em 2017 para R\$ 482 milhões em 2018, equivalente a 18% das reservas matemáticas, mantendo a solidez do Plano. O gráfico a seguir mostra a evolução da razão de solvência (total de recursos divididos pelas necessidades ou reservas técnicas do plano), do período de 2013 a 2018.





▪ Planos I, II e III

Nos Planos I (agregado), II e III os resultados foram inferiores às metas para o ano de 2018 e superiores em 36 meses.

Em 2018, o Plano I (agregado) obteve rentabilidade de 8,5%, o Plano II 7,4% e o Plano III 8,2%. Índices inferiores à meta de rentabilidade estabelecida 8,9%, que correspondente ao IPCA do ano mais 5% de juros reais.

Em 36 meses, as rentabilidades foram de 33,5% nos investimentos do Plano I (agregado), 32,4% no Plano II e 34,6% no Plano III em comparação com a meta de 31,4%, reforçando bom desempenho.

4. DESTAQUES

4.1. Incorporação do Plano I pelo Plano II

A BRF Previdência efetivou a incorporação do Plano I pelo Plano II em 31 de dezembro de 2018, após aprovação dada pela Previc, por meio da Portaria n° 1.001 publicada no Diário Oficial da União em 29 de outubro de 2018.

A incorporação foi motivada por se tratarem de Planos com estrutura idêntica, fechados para novas adesões e considerando que as patrocinadoras pertencem ao mesmo grupo econômico, sendo que, o processo não afetará o direito adquirido dos assistidos vinculados aos Planos ou ao direito acumulado.

Com a incorporação, a BRF Previdência e suas patrocinadoras buscam sinergia entre os Planos e visam minimizar os custos operacionais.

[Assinatura]
6

4.2. Alteração nos regulamentos dos Planos II e III

Com o objetivo de tornar os Planos mais atrativos e flexíveis, foram aprovadas alterações regulamentares dos Planos de Benefícios II e III em 2018. Dentre as melhorias, destacam-se as seguintes possibilidades:

- Contribuição suplementar por boleto bancário e não somente por folha de pagamento;
- Alteração do percentual de contribuição básica a qualquer momento e não só uma vez por ano;
- Opção para os participantes autopatrocinados suspenderem temporariamente as contribuições previdenciárias ou reduzir em 50% seus valores.

4.3. Mais de 8.000 funcionários aderiram ao Plano III

O Plano III continuou crescendo em 2018. As campanhas de adesão têm gerado resultados positivos na tarefa de incluir os funcionários das patrocinadoras no Plano.

Compartilhamos o sucesso das adesões com os RHs locais, os escritórios regionais da BRF Previdência e as patrocinadoras pois foram fundamentais na divulgação do Plano e no incentivo à adesão junto a todos os colaboradores. Com as novas adesões a Entidade conta com mais de 54.800 participantes, o que a coloca entre as maiores Entidades Fechadas de Previdência Complementar do país nesse quesito.

4.4. Escritórios regionais

Em 2018, a BRF Previdência passou a contar com mais um escritório regional, na cidade de Concórdia (SC), além dos já existentes em Lucas do Rio Verde (MT) e Uberlândia (MG).

A implantação dos escritórios regionais visa aproximar a Entidade dos participantes, agilizando o atendimento e incentivando as adesões de novos colaboradores. Os resultados são positivos. Só em 2018 os escritórios realizaram cerca de 3.300 atendimentos e contribuíram com cerca de 1.600 novos participantes, que corresponde a 20% do total de adesões do ano.

4.5. Conferência trimestral de apresentação de resultados e Info Investimentos

Em 2018, a BRF Previdência passou a divulgar seus resultados por meio de conferências telefônicas trimestrais informando os principais dados, desempenho e ações na gestão dos Planos de Benefícios. A conferência visa estreitar o relacionamento com os participantes reforçando compromisso com transparência e prestação de contas da gestão.

A medida representa mais um canal de comunicação disponível a todos aqueles que queiram se inteirar sobre os números da Entidade, somados aos meios já conhecidos como jornal, revista e endereço eletrônico.

Também no ano passado foi lançado o Info Investimentos, informativo enviado por e-mail que procura, até final do mês seguinte ao de referência, apresentar as rentabilidades mensais e acumuladas dos Planos, destaques ocorridos vinculados à economia e aos preços dos ativos ou outros assuntos associados a investimentos.

4.6. Canal de denúncias

Reforçando as ações de governança, a BRF Previdência estruturou em 2018 Canal de Denúncias para a comunicação de suspeitas relativas a situações contrárias aos Códigos e Políticas da Entidade, em linha com a Política de Prevenção, Detecção e Combate a Atos Ilícitos. O canal estará disponível para todos os colaboradores, participantes, fornecedores e demais interessados a partir de março de 2019.

4.7. Estudo da aderência dos juros das metas atuariais

Novamente os estudos anuais que estimam as chances do desempenho dos investimentos das classes benefício definido dos Planos superarem suas metas atuariais indicaram aderência dos portfólios detidos às necessidades, dadas perspectivas favoráveis de rentabilidade dos investimentos superarem as respectivas metas esperadas ao longo dos anos.

4.8. Estudos de ALM

Novos estudos de gerenciamento de ativos e passivos - ALM (estudo que avalia a distribuição dos ativos do plano em comparação com seus compromissos, os benefícios) para o Plano FAF e para a classe benefício definido do Plano II indicaram mais uma vez a solidez e solvência dos planos, com chance próxima de zero de haver déficit nos próximos anos, considerando perspectivas de desempenho dos ativos e dos compromissos.

Os estudos foram realizados para acompanhar as evoluções dos resultados esperados dos planos classe BD e para subsidiar decisões de alocações dos ativos.

5. INVESTIMENTOS

São apresentadas neste tópico as principais características dos investimentos por Plano administrado pela BRF Previdência, referência 2018, com destaque para:

- Distribuição de alocação por segmento da legislação e por classe de ativo em categorização distinta da legislação;
- Rentabilidades bruta e líquida de custos administrativos e com gestão terceirizada dos fundos exclusivos;
- Informações sobre alocação, riscos e conformidade com legislação e Políticas de Investimentos;

- Investimentos consolidados por gestor em fundos de investimento exclusivos e por Plano em fundos de investimentos abertos com características;
- Considerações sobre riscos, apreçamento de ativos e derivativos.

Fatos importantes de 2018 foram as edições da Resolução 4.661, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, tratando das diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos Planos administrados por EFPC, e da Instrução nº 6, pela PREVIC, normatizando a operacionalização de procedimentos previstos na Resolução.

De forma geral, com as novas normas foram intensificadas as exigências referentes a transparência, gestão de riscos e governança, com estipulação mais clara dos deveres e responsabilidades das pessoas com atribuição na gestão dos investimentos, trazendo maior segurança ao processo de administração dos ativos.

A BRF Previdência sofreu baixo impacto com as alterações da legislação em função da sólida governança na gestão dos investimentos dos Planos já existente, com procedimentos e responsáveis bem definidos nas etapas de planejamento, execução, monitoramento e controle, com rígida observação dos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação à natureza das obrigações dos Planos, transparência e prestação de contas.

As decisões de investimentos são condicionadas ao Estatuto, Código de Ética e Conduta, legislação em vigor, Políticas de investimentos, outras Políticas e normas internas (como Política de Alçadas, Política de Gestão de Compra, Venda e Locação de Imóveis, Norma de Seleção de Gestores Externos de Investimentos para fundos exclusivos e carteira administrada, Norma de Gestão dos Investimentos dos Planos e Regulamento de Empréstimo a Participantes e Assistidos), observando parâmetros de desempenhos, riscos, atividades, processos, sistemas, controles, monitoramento, indicadores e responsabilidades, como as associadas ao processo decisório de alocação dos recursos, visando, em especial, cumprir o objetivo de obter desempenho nos investimentos para efetivar os benefícios estipulados com participantes, sob elevados padrões éticos e de integridade e de condições seguras e prudentiais em um adequado ambiente de controle, com segregação de funções e definições claras de atuação de esferas que atuam de forma complementar e se retroalimentam, como:

- Conselho Deliberativo: com responsabilidade de definições estratégicas e diretrizes gerais, devendo opinar em assuntos de sua competência e alçada, conforme estabelecido no Estatuto e normas internas. Destaque para aprovação das Políticas de Investimentos por Plano, Política de Gestão de Riscos, Política de Alçadas, Relatório Anual de Informações – RAI, das premissas e cálculos atuariais, verificadas suas aderências, em especial, as taxas de juros dos Planos, além de acompanhar e monitorar a gestão dos investimentos e seus riscos relacionados por Plano;

- Diretoria Executiva: responsável pela execução da aplicação dos recursos e seus riscos possuindo responsabilidades e determinações estabelecidas no Estatuto, legislação, Planejamento Estratégico, Políticas de Investimentos e normas internas, como Política de Alçadas e Políticas de Gestão de Riscos. Respeitando a estrutura de governança, sob níveis adequados de risco, avaliando os fatores de riscos dos processos de forma proativa e abrangente e estabelecendo controles e indicador-chave de risco para o monitoramento dos riscos associados as suas atividades, informando e prestando contas aos participantes e partes relacionadas, de forma contínua, das condições gerais e relevantes de forma adequada e verdadeira em linguagem simples, clara, objetiva e concisa;
- Conselho Fiscal: responsável pela fiscalização dos investimentos, avaliação e monitoramento dos processos de gestão dos investimentos, de seus riscos e controles internos dos tratamentos estabelecidos, verificando suas conformidades, devendo emitir Relatório de Controles Internos, ao menos semestralmente, considerando gestão dos investimentos versus condições, limites e restrições indicadas na legislação, Políticas de Investimentos e normas internas, manifestando-se sobre eventuais necessidades de aprimoramento da gestão;
- Comitê de Investimentos: que, em caráter consultivo, assessora as decisões relacionadas à gestão dos recursos, monitora os investimentos e seus desempenhos em relação aos objetivos e condições estabelecidos e indica necessidade de contratação ou substituição de gestores terceirizados de fundo exclusivo ou de agente custodiante.

A BRF Previdência possui, ainda, atividades de gestão de investimentos sujeitas a:

- Controles Internos: com auxílio de empresa terceirizada, cuidando da conformidade com legislação, normas e procedimentos internos e avaliação dos riscos inerentes à gestão;
- Auditoria Interna: se reporta ao Conselho Deliberativo, realizada por empresa terceirizada, que avalia as atividades realizadas quanto às melhores práticas de mercado;
- Auditoria Externa: independente que, além de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras, avalia os controles internos existentes e os números dos investimentos;
- Política de Alçadas: que determina competências e limites para realizações dos investimentos;
- Monitoramento dos Investimentos: auxiliado por consultoria de investimentos, visando à conformidade dos investimentos perante condições e limites de legislação e políticas de investimentos;

- Procedimentos e normas de gestão dos investimentos: que estabelecem regras para alocação, monitoramento, controle, transparência de informações para órgãos reguladores, internos e participantes;
- Gestão: considerando categorização de riscos com objetivo de direcionar a atribuição de responsabilidades, provendo elevada assertividade às ações de mitigação dos riscos, facilitando a identificação e/ou a definição de planos de ação integrados. As categorias de risco estão diretamente relacionadas à realidade dos negócios da Entidade. Destacam-se as classes de risco: Risco Estratégico, de Mercado, de Solvência, de Liquidez, de Crédito, Legal e de Contencioso Judicial, Operacional, Atuarial, de Imagem, de Terceirização, de Gestão e Sistêmico;
- Comunicação: com participantes e partes relacionadas das características essenciais dos investimentos e Políticas de Investimentos;
- Definição de etapas na gestão dos investimentos: que consideram os riscos envolvidos e podem ser sumarizadas em planejamento, execução, controle, mensuração, avaliação, monitoramento e oferecimento de transparência de informações.

5.1. Distribuição dos investimentos por segmento e por categoria de ativo

As distribuições dos investimentos por segmento são apresentadas, de forma consolidada, equivalente ao total dos valores dos Recursos Garantidores dos Planos administrados pela BRF Previdência, e de forma individual por Plano, considerada a classificação indicada na Resolução CMN 4.661, aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

O Plano I foi incorporado pelo Plano II em 31/12/2018, porém, suas informações sobre a distribuição de alocação são apresentadas para posição de final do ano buscando atender o princípio da transparência.

São apresentadas para os investimentos do Plano II as posições antes e após a incorporação. A gestão dos investimentos do atual Plano II, após incorporação, será segregada por Classe Contribuição Definida e Classe Benefício Definido, assim, as informações dos investimentos do novo Plano II são apresentadas de forma segregada.

Em todos casos são mostrados os valores nominais investidos (R\$ mil) e o percentual do total dos recursos garantidores.

D.

J.



5.1.1. Total dos investimentos em 31/12/2018

SEGMENTO	VALOR (em R\$ mil)	% RECURSOS GARANTIDORES
Renda fixa ⁽¹⁾	2.634.115	72,7
Renda variável	378.207	10,4
Imobiliário ⁽²⁾	329.667	9,1
Estruturado	251.345	6,9
Operações com participantes	24.233	0,7
Exterior ⁽³⁾	7.901	0,2
TOTAL	3.625.468	100,0

⁽¹⁾ No segmento Renda Fixa estão incluídos os montantes disponíveis em conta corrente.

⁽²⁾ No segmento Imobiliário são computados também ativos de renda fixa vinculados ao setor imobiliário (como CRI e CCI), além dos imóveis detidos pelo Plano FAF, conforme legislação.

⁽³⁾ No segmento Exterior são apresentados investimentos em ativos no exterior presentes indiretamente em carteiras de fundos de investimento em ação, não existindo alocação direta em ativos do segmento.

5.1.2. Investimentos por Plano e por segmento

Plano de Benefícios FAF

SEGMENTO	VALOR (em R\$ mil)	% RECURSOS GARANTIDORES
Renda fixa	2.228.121	71,5
Renda variável	318.264	10,2
Imobiliário	326.756	10,5
Estruturado	217.359	7,0
Operações com participantes	19.994	0,6
Exterior	7.596	0,2
TOTAL	3.118.090	100,0

Plano de Benefícios I

SEGMENTO	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
Renda fixa	30.298	87,2
Renda variável	2.386	6,9
Estruturado	1.770	5,1
Imobiliário	213	0,6
Operações com participantes	77	0,2
Exterior	16	0,0
TOTAL	34.760	100,0

Plano de Benefícios II - antes da incorporação

SEGMENTO	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
Renda fixa	214.380	78,5
Renda variável	37.586	13,7
Estruturado	18.165	6,6
Imobiliário	1.749	0,6
Operações com participantes	1.491	0,5
Exterior	233	0,1
TOTAL	273.604	100,0

Plano de Benefícios II - após incorporação (classe contribuição definida)

SEGMENTO	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
Renda fixa	224.651	78,0
Renda variável	39.836	13,8
Estruturado	19.935	6,9
Imobiliário	1.962	0,7
Operações com participantes	1.568	0,5
Exterior	249	0,1
TOTAL	288.201	100,0

Plano de Benefícios II - após incorporação (classe benefício definido)

SEGMENTO	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
Renda fixa	20.028	99,3
Renda variável	135	0,7
TOTAL	20.163	100,0

Plano de Benefícios III

SEGMENTO	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
Renda fixa	149.090	79,9
Renda variável	19.971	10,7
Estruturado	14.052	7,5
Operações com participantes	2.670	1,4
Imobiliário	949	0,5
Exterior	56	0,0
TOTAL	186.788	100,0

Plano de Gestão Administrativa – PGA

SEGMENTO	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
Renda fixa	12.226	100,0
TOTAL	12.226	100,0

J. l. f.

5.1.3. Investimentos por categoria de ativos

São apresentadas as distribuições de alocações por Plano considerando categorias de ativos de forma independente da legislação, visando a uma avaliação distinta e importante da diversificação da gestão, que considera os associados riscos dos investimentos.

Plano de Benefícios FAF

CATEGORIA DE ATIVOS	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
TPF marcados na curva (HTM) com Taxa Média 6,2% a.a.	1.345.227	43,1
Fundos de Inv. Renda Fixa Crédito Privado Exclusivos	469.380	15,1
Títulos Públicos Federais (TPF) marcados a mercado (MTM)	343.044	11,0
Imóveis	267.518	8,6
Fundos de Investimento de Ações Exclusivos	230.795	7,4
Fundos de Investimento Multimercados	156.418	5,0
Fundos de Investimento de Ações	71.169	2,3
Títulos de crédito privado em carteira própria	64.418	2,1
Fundos de Investimento em Participações	60.941	2,0
Ação BRFS3	51.405	1,6
Fundos de Investimento Renda Fixa	27.352	0,9
Operações com Participantes	19.994	0,6
Fundos de Investimento Imobiliário	10.429	0,3
TOTAL	3.118.090	100,0

Plano de Benefícios I (classe contribuição definida)

CATEGORIA DE ATIVOS	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
TPF marcados na curva (HTM) com Taxa Média 5,9% a.a.	5.772	33,2
Títulos Públicos Federais (TPF) marcados a mercado (MTM)	4.029	23,1
Fundos de Inv. Renda Fixa Crédito Privado Exclusivos	2.557	14,6
Fundos de Investimento Multimercados	1.770	10,1
Fundos de Investimento de Ações Exclusivos	1.331	7,6
Ação BRFS3	662	3,8
Fundos de Investimento de Ações	520	3,0
Fundos de Investimento Renda Fixa Exclusivo	506	2,9
Fundos de Investimento Renda Fixa	234	1,3
Operações com Participantes	77	0,4
TOTAL	17.458	100,0

Plano de Benefícios I (classe benefício definido)

CATEGORIA DE ATIVOS	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
TPF marcados na curva (HTM) com Taxa Média 6,0% a.a.	15.409	89,1
Fundos de Investimento Renda Fixa Exclusivo	1.061	6,1
Fundos de Investimento Renda Fixa	430	2,5
Títulos Públicos Federais (TPF) marcados a mercado (MTM)	402	2,3
TOTAL	17.302	100,0

Plano de Benefícios II – antes da incorporação

CATEGORIA DE ATIVOS	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
TPF marcados na curva (HTM) com Taxa Média 6,1% a.a.	105.150	38,4
Títulos Públicos Federais (TPF) marcados a mercado (MTM)	61.397	22,4
Fundos de Investimento de Ações Exclusivos	23.148	8,5
Fundos de Investimento Renda Fixa Exclusivo	22.276	8,1
Fundos de Inv. Renda Fixa Crédito Privado Exclusivos	20.950	7,7
Fundos de Investimento Multimercados	17.857	6,5
Ação BRFS3	9.277	3,4
Fundos de Investimento de Ações	6.948	2,5
Fundos de Investimento Renda Fixa	4.801	1,8
Operações com Participantes	1.491	0,5
Fundos de Investimento em Participações	309	0,1
TOTAL	273.604	100,0

Plano de Benefícios II - após incorporação (classe contribuição definida)

CATEGORIA DE ATIVOS	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
TPF marcados na curva (HTM) com Taxa Média 6,1% a.a.	110.922	38,6
Títulos Públicos Federais (TPF) marcados a mercado (MTM)	65.426	22,7
Fundos de Investimento de Ações Exclusivos	24.343	8,4
Fundos de Inv. Renda Fixa Crédito Privado Exclusivos	23.507	8,2
Fundos de Investimento Renda Fixa Exclusivo	22.781	7,9
Fundos de Investimento Multimercados	19.626	6,8
Ação BRFS3	9.940	3,4
Fundos de Investimento de Ações	7.468	2,6
Fundos de Investimento Renda Fixa	2.311	0,8
Operações com Participantes	1.568	0,5
Fundos de Investimento em Participações	309	0,1
TOTAL	288.201	100,0

Plano de Benefícios II - após incorporação (classe benefício definido)

CATEGORIA DE ATIVOS	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
TPF marcados na curva (HTM) com Taxa Média 6,1% a.a.	15.410	76,4
Fundos de Investimento Renda Fixa	3.155	15,6
Fundos de Investimento Renda Fixa Exclusivo	1.061	5,3
Títulos Públicos Federais (TPF) marcados a mercado (MTM)	402	2,0
Fundos de Investimento de Ações Exclusivos	135	0,7
TOTAL	20.163	100,0

Plano de Benefícios III

CATEGORIA DE ATIVOS	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
Fundos de Investimento Renda Fixa Exclusivo	47.022	25,2
TPF marcados na curva (HTM) com Taxa Média 6,0% a.a.	40.823	21,9
Títulos Públicos Federais (TPF) marcados a mercado (MTM)	32.790	17,6
Fundos de Investimento Renda Fixa	17.065	9,1
Fundos de Investimento Multimercados	13.855	7,4
Fundos de Investimento de Ações Exclusivos	12.845	6,9
Fundos de Inv. Renda Fixa Crédito Privado Exclusivos	11.375	6,1
Fundos de Investimento de Ações	5.252	2,8
Ação BRFS3	2.894	1,5
Operações com Participantes	2.670	1,4
Fundos de Investimento em Participações	197	0,1
TOTAL	186.788	100,0

Plano de Gestão Administrativa - PGA

CATEGORIA DE ATIVOS	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
Fundos de Investimento Renda Fixa	10.151	83,0
Títulos Públicos Federais (TPF) marcados a mercado (MTM)	2.075	17,0
TOTAL	12.226	100,0

5.2. Investimentos com gestão terceirizada

▪ Fundos de investimento exclusivos

Os investimentos com gestão terceirizada, via fundos de investimento exclusivos, representam 23,3% do total dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios em 31/12/2018.

A seguir são apresentados, por gestor, para o total de recursos dos Planos administrados pela BRF Previdência, a distribuição de valores nominais (R\$ mil) e os respectivos percentuais por gestor em relação ao total dos investimentos terceirizados em fundos exclusivos e em relação ao total dos recursos garantidores totais dos Planos.

GESTOR	VALOR (R\$ MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% RECURSOS GARANTIDORES TOTAIS
Western Asset Management	299.423	35,4	8,2
BRAM - Bradesco Asset Management	198.743	23,6	5,5
BRZ Investimentos	148.099	17,6	4,1
VELT Investimentos (antiga M-SQUARE)	126.116	15,0	3,5
Itaú Asset Management	70.864	8,4	2,0
Total da Gestão Terceirizada	843.245	100,0	23,3
Total dos Recursos Garantidores	3.625.468		



▪ Fundos de investimento não exclusivos

Na tabela a seguir são elencados os fundos de investimento não exclusivos, com seus respectivos CNPJ, nos quais existem investimentos dos Planos administrados pela BRF Previdência.

FUNDO DE INVESTIMENTO	CNPJ	FUNDO DE INVESTIMENTO	CNPJ
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI	00.832.435/0001-00	WESTERN ASSET INSTIT. 50 AÇÕES FIA	09.087.455/0001-60
BRF PREV INSTITUCIONAL FIRFCP	03.162.048/0001-94	ITAÚ HEDGE PLUS MULTIMERCADO FICFIM	17.419.592/0001-83
BRADESCO BRFPREV FIRFCP	21.321.600/0001-21	BAHIA AM MARAÚ FICFIM	17.087.932/0001-16
BR2 FIRFCP	22.014.343/0001-48	SPX NIMITZ ESTRUTURADO FICFIM	22.345.384/0001-17
BRADESCO FIRF TARGET I	02.335.944/0001-45	KAPITALO KAPPA FIN FICFIM	12.105.940/0001-24
BFPP MULTIMERCADO FICFI	01.611.293/0001-06	KAPITALO KAPPA ADV FIM	26.978.199/0001-10
BRADESCO FIRFCP TOP BANCOS	21.053.432/0001-30	PÁTRIA REAL ESTATE II PRIVATE - FIC	10.979.378/0001-32
SUL AMÉRICA EXPERTISE FIA	13.017.931/0001-44	PÁTRIA SPECIAL OPP. I - FIC	13.328.452/0001-49
ARX LONG TERM FICFIA	10.237.480/0001-62	FIP KINEA PRIVATE EQUITY II	15.039.162/0001-00
JGP LONG ONLY INSTIT. FIA	11.175.745/0001-08	BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II FIC FIP	14.584.094/0001-06
BOGARI VALUE FICFIA	08.323.402/0001-39	P2 BRASIL INFRAESTRUTURA III - FIC FIP	17.870.798/0001-25
XP INVESTOR 30 FICFIA	26.718.169/0001-75	FBIE FIP II	19.837.544/0001-30
VELT BRFPREV FIC FIA	21.613.084/0001-09	HAMILTON LANE FOF II - FIC FIP	23.738.050/0001-76
VELT INSTITUCIONAL FIC FIA	12.565.062/0001-20	FIP KINEA PRIVATE EQUITY IV	28.849.618/0001-40
BRADESCO FIA SALUBRE	03.833.841/0001-78	SANTANDER AGÊNCIAS FII	16.915.840/0001-14

▪ Fundos de investimento por plano

Nos quadros adiante estão dispostos os investimentos em fundo de investimento exclusivo ou não por Plano, posição no final de 2018, em valores nominais e em percentual dos Recursos Garantidores do respectivo Plano.

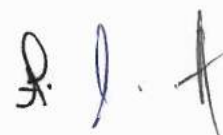


Plano de Benefícios FAF

FUNDO	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
BRF PREV INSTITUCIONAL FIRFCP	241.330	7,74
BRADESCO BRFPREV FIRFCP	114.833	3,68
BR2 FIRFCP	113.216	3,63
VELT BRFPREV FIC FIA	126.116	4,04
BRADESCO FIA SALUBRE	72.660	2,33
BAHIA AM MARAÚ FICFIM	62.529	2,01
SPX NIMITZ ESTRUTURADO FICFIM	46.628	1,50
WESTERN ASSET INSTIT. 50 AÇÕES FIA	32.020	1,03
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI	27.309	0,88
ARX LONG TERM FICFIA	22.660	0,73
JGP LONG ONLY INSTITUCIONAL FIA	19.455	0,62
KAPITALO KAPPA FIN FICFIM	17.050	0,55
KAPITALO KAPPA ADV FIM	16.575	0,53
XP INVESTOR 30 FICFIA	15.769	0,51
PÁTRIA SPECIAL OPP. I – FIC	13.978	0,45
ITAÚ HEDGE PLUS MULTIM. FICFIM	13.635	0,44
BOGARI VALUE FICFIA	13.250	0,42
P2 BRASIL INFRAESTRUTURA III - FIC FIP	12.247	0,39
FIP KINEA PRIVATE EQUITY II	10.368	0,33
SANTANDER AGÊNCIAS FII	10.429	0,33
PÁTRIA REAL ESTATE II PRIVATE – FIC	9.534	0,31
FBIE FIP II	8.806	0,28
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II FIC FIP	4.768	0,15
FIP KINEA PRIVATE EQUITY IV	682	0,02
HAMILTON LANE FOF II - FIC FIP	558	0,02
SUL AMÉRICA EXPERTISE FIA	35	0,00
Total dos investimentos em fundos	1.026.440	32,92
Recursos garantidores Plano FAF	3.118.090	

Plano de Benefícios I

FUNDO	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
BR2 FIRFCP	2.557	7,36
BFPF MULTIMERCADO FICFI	1.567	4,51
WESTERN ASSET INSTITUCIONAL 50 AÇÕES FIA	1.195	3,44
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI	648	1,86
BAHIA AM MARAÚ FICFIM	517	1,49
ITAÚ HEDGE PLUS MULTIMERCADO FICFI	488	1,40
KAPITALO KAPPA FIN FICFIM	390	1,12
SPX NIMITZ ESTRUTURADO FICFIM	375	1,08
VELT INSTITUCIONAL FIC FIA	268	0,77
BOGARI VALUE FICFIA	253	0,73
BRADESCO FIA SALUBRE	135	0,39
Total dos investimentos em fundos	8.393	24,15
Recursos garantidores Plano I	34.760	



Plano de Benefícios II

FUNDO	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
BFPP MULTIMERCADO FICFI	22.275	8,14
BR2 FIRFCP	20.950	7,66
WESTERN ASSET INSTITUCIONAL 50 AÇÕES FIA	16.258	5,94
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI	4.785	1,75
ITAÚ HEDGE PLUS MULTIMERCADO FICFI	7.013	2,56
BRDESCO FIA SALUBRE	6.890	2,52
BAHIA AM MARAÚ FICFIM	6.607	2,41
VELT INSTITUCIONAL FIC FIA	3.859	1,41
BOGARI VALUE FICFIA	2.527	0,92
SPX NIMITZ ESTRUTURADO FICFIM	1.709	0,62
KAPITALO KAPPA ADV	1.463	0,53
KAPITALO KAPPA FIN FICFIM	1.066	0,39
XP INVESTOR 30 FICFIA	562	0,21
HAMILTON LANE FOF II – FIPM	223	0,08
FIP KINEA PRIVATE EQUITY IV	85	0,03
Total dos investimentos em fundos	96.272	35,19
Recursos garantidores Plano II	273.604	

Plano de Benefícios III

FUNDO	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
BFPP MULTIMERCADO FICFI	47.022	25,17
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI	12.030	6,44
BR2 FIRFCP	11.375	6,09
WESTERN ASSET INSTITUCIONAL 50 AÇÕES FIA	8.619	4,61
BAHIA AM MARAÚ FICFIM	6.095	3,26
BRDESCO FIRFCP TOP BANCOS	4.907	2,63
BRDESCO FIA SALUBRE	4.226	2,26
SPX NIMITZ ESTRUTURADO FICFIM	3.922	2,10
BOGARI VALUE FICFIA	2.527	1,35
KAPITALO KAPPA FIN FICFIM	2.131	1,14
XP INVESTOR 30 FICFIA	1.802	0,96
ITAÚ HEDGE PLUS MULTIMERCADO FICFI	1.707	0,91
VELT INSTITUCIONAL FIC FIA	924	0,49
HAMILTON LANE FOF II – FIPM	112	0,06
FIP KINEA PRIVATE EQUITY IV	85	0,05
Total dos investimentos em fundos	107.484	57,5
Recursos garantidores Plano III	186.788	

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

FUNDO	VALOR (R\$ MIL)	% RECURSOS GARANTIDORES
BRDESCO FIRF TARGET I	9.094	74,4
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI	860	7,03
Total dos investimentos em fundos	9.954	81,43
Recursos garantidores PGA	12.226	



5.3. Resultado da Política de Investimentos

A seguir, demonstram-se as principais características das Políticas de Investimentos para o período 2018 a 2022 e desempenhos, por Plano e segmento, face às necessidades de retorno de longo prazo para gerar reservas necessárias para os benefícios projetados, tendo como premissas a natureza do Plano, os riscos e as expectativas de fluxo de passivo dos benefícios:

- Estratégia de exposição, limites e posições realizadas no final de ano;
- Índices de referência (parâmetro de curto prazo para o ano) e metas de rentabilidade (parâmetros de longo prazo);
- Rentabilidades dos investimentos líquidas e brutas das taxas associadas aos fundos exclusivos e taxa de administração conforme modelo para apuração dos custos, comparadas com meta e índices de referência dados nas Políticas.

Destaca-se que todas condições, limites e restrições dadas na legislação e nas Políticas de Investimentos estão respeitadas, a menos, por condições de mercado, dos casos mencionados adiante referentes a indicações de Políticas de Investimentos.

Outra questão relevante é que os custos dos fundos de investimento, exclusivos e não exclusivos, estão em linha com boas práticas de mercado.

5.3.1. Resultado da Política de Investimentos – Plano FAF

A rentabilidade em 2018 do Plano FAF refletiu o bom desempenho dos ativos em comparação com sua meta atuarial. Os retornos obtidos mostram resultados por segmento, a menos de renda variável, acima dos índices de referência e da meta atuarial, INPC + 5% a.a., com resultado agregado superior à meta atuarial contribuindo para a manutenção do superávit do Plano.

Rentabilidade bruta e líquida, versus Meta e Índices de Referência em %

SEGMENTO	Rent. Bruta	Rent. Líquida	Rent. Bruta vs meta atuarial	Rent. Líquida vs meta atuarial	Rent. Bruta vs referência	Rent. Líquida vs referência
Renda fixa	10,3	10,1	1,6	1,4	1,3	1,1
Renda variável	1,1	0,3	-6,9	-7,7	-14,1	-14,8
Estruturado	9,6	9,5	0,9	0,8	1,0	0,9
Imobiliário	15,6	15,5	6,5	6,4	6,5	6,4
Op. com participantes	11,7	11,6	2,9	2,8	1,5	1,4
Total	9,6	9,4	0,9	0,7	0,9	0,7



Acompanhamento da alocação por segmento orientada na política de investimentos em %

SEGMENTO	Alocação dez/2018	Limite legal	Alocação objetivo	Limite	
				Inferior	Superior
Renda fixa	71,5	100,0	70,8	60,0	90,0
Renda variável	10,2	70,0	12,5	8,0	16,0
Estruturado	7,0	20,0	9,0	5,0	10,0
Exterior	0,2	10,0	0,0	0,0	2,0
Imobiliário*	10,5	8,0	8,0	6,0	8,0
Operações com participantes	0,6	15,0	0,7	0,0	2,0

*No segmento Imobiliário estão considerados, conforme Resolução CMN 4.661 de maio de 2018, além dos imóveis, os títulos de crédito vinculados ao setor imobiliário. A posição detida está em conformidade com legislação, embora dissonante com indicação da Política de Investimentos 2018 a 2022, elaborada sob outro arcabouço legal. De qualquer forma, a situação decorre de condição passiva por mercado e reavaliação dos imóveis.

Meta atuarial, índice de referência e Meta de Rentabilidade por segmento

SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	59% (IPCA + 6,0% a.a.) + 37% IMA-B5 + 4% CDI	INPC + 5,2% a.a.
Renda Variável	IBr-X + 2% a.a.	INPC + 8,6% a.a.
Estruturado	CDI + 2,0% a.a.	INPC + 5,9% a.a.
Exterior	INPC + 5,5% a.a.	INPC + 5,8% a.a.
Imobiliário	INPC + 5,0% a.a.	INPC + 5,0% a.a.
Op. com Participantes	INPC + 6,4% a.a.	INPC + 6,2% a.a.
Plano - Meta Atuarial	INPC + 5,0% a.a.	INPC + 5,7% a.a.

5.3.2. Resultado da Política de Investimentos – Plano I

Na classe Benefício Definido, com recursos dos participantes em gozo de benefício, os investimentos obtiveram rentabilidade líquida, em 2018, de 10,0%, superior à meta atuarial de 8,9%.

Na classe Contribuição Definida, em 2018, os investimentos obtiveram rentabilidade líquida de 7,1%, abaixo dos 8,9% da meta igual a IPCA + 5% a.a..

Destaca-se que em todos os segmentos, a menos de renda variável, as rentabilidades superaram metas em 2018.



Rentabilidade bruta e líquida, versus Meta e Índices de Referência em %

CLASSE CD Segmento	Rent. Bruta	Rent. Líquida	Rent. Bruta vs meta atuarial	Rent. Líquida vs meta atuarial	Rent. Bruta vs referência	Rent. Líquida vs referência
Renda Fixa	10,5	10,0	1,4	1,0	0,6	0,2
Renda Variável	-7,6	-8,1	-15,2	-15,6	-21,5	-21,9
Estruturado	9,8	9,5	0,8	0,5	1,1	0,9
Op. com Participantes	11,8	11,5	2,6	2,4	1,3	1,0
TOTAL	7,5	7,1	-1,3	-1,7	-1,3	-1,7

CLASSE BD Segmento	Rent. Bruta	Rent. Líquida	Rent. Bruta vs meta atuarial	Rent. Líquida vs meta atuarial	Rent. Bruta vs referência	Rent. Líquida vs referência
Renda fixa	10,1	10,0	1,1	1,0	0,3	0,2
TOTAL	10,1	10,0	1,1	1,0	1,1	1,0

Acompanhamento da alocação por segmento orientada na política de investimentos em %

SEGMENTO	Alocação dez/2018	Limite legal	Alocação objetivo	Limites	
				Inferior	Superior
Renda fixa	87,1	100,0	83,9	70,0	90,0
Renda variável*	6,9	70,0	10,0	7,0	14,0
Estruturado	5,1	20,0	6,0	2,0	8,0
Exterior	0,1	10,0	0,0	0,0	2,0
Imobiliário	0,6	8,0	0,0	0,0	2,0
Op. com participantes	0,2	15,0	0,1	0,0	2,0

*Em função de comportamento de mercado dos ativos, de forma passiva, alocação ligeiramente inferior à orientação de limite mínimo dada na Política de Investimentos para o segmento renda variável.

Meta atuarial, índice de referência e Meta de Rentabilidade por segmento

SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	69% (IPCA + 5,98% a.a.) + 27% IMA-B5 + 4% CDI	IPCA + 5,4% a.a.
Renda Variável	IBr-X + 2% a.a.	IPCA + 8,6% a.a.
Estruturado	CDI + 2% a.a.	IPCA + 5,9% a.a.
Exterior	IPCA + 5,5% a.a.	IPCA + 5,8% a.a.
Imobiliário	IPCA + 5,0% a.a.	IPCA + 5,0% a.a.
Op. com Participantes	IPCA + 6,4% a.a.	IPCA + 6,2% a.a.
Plano - Meta Atuarial	IPCA + 5,0% a.a.	IPCA + 5,7% a.a.

5.3.3. Resultado da Política de Investimentos – Plano II

A rentabilidade agregada do Plano II foi inferior à sua meta em 2018 e superior em 36 meses. Nos segmentos, as rentabilidades foram superiores à meta e aos índices de referência, a menos de renda variável em 2018.



Rentabilidade bruta e líquida, versus Meta e Índices de Referência em %

SEGMENTO	Rent. Bruta	Rent. Líquida	Rent. Bruta vs meta atuarial	Rent. Líquida vs meta atuarial	Rent. Bruta vs referência	Rent. Líquida vs referência
Renda Fixa	10,4	10,1	1,4	1,1	0,5	0,2
Renda Variável	-7,5	-8,0	-15,0	-15,5	-21,4	-21,8
Estruturado	10,4	10,2	1,4	1,2	1,7	1,5
Op. com Participantes	11,9	11,6	2,7	2,5	1,3	1,1
TOTAL	7,7	7,4	-1,1	-1,4	-1,1	-1,4

Acompanhamento da alocação por segmento orientada na política de investimentos em %

SEGMENTO	ALOCAÇÃO DEZ/2018	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
				INFERIOR	SUPERIOR
Renda fixa	78,4	100,0	77,5	66,0	87,0
Renda variável*	13,7	70,0	16,0	14,0	20,0
Estruturado	6,6	20,0	6,0	4,0	10,0
Exterior	0,1	10,0	0,0	0,0	2,0
Imobiliário	0,6	8,0	0,0	0,0	2,0
Op. com participantes	0,6	15,0	0,5	0,0	2,0

*Alocação, de forma passiva em função de comportamento de mercado dos investimentos, ligeiramente inferior à orientação de limite mínimo dada na Política de Investimentos para o segmento renda variável.

Meta atuarial, índice de referência e Meta de Rentabilidade por segmento

SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	52% (IPCA + 6,1% a.a.) + 44% IMA-B5 + 4% CDI	IPCA + 5,2% a.a.
Renda Variável	IBr-X + 2% a.a.	IPCA + 8,6% a.a.
Estruturado	CDI + 2% a.a.	IPCA + 5,9% a.a.
Exterior	IPCA + 5,5% a.a.	IPCA + 5,8% a.a.
Imobiliário	IPCA + 5,0% a.a.	IPCA + 5,0% a.a.
Op. com Participantes	IPCA + 6,4% a.a.	IPCA + 6,2% a.a.
Plano - Meta Atuarial	IPCA + 5,0% a.a.	IPCA + 5,7% a.a.

5.3.4. Resultado da Política de Investimentos – Plano III

A rentabilidade do Plano III foi inferior à meta em 2018 e superior em 36 meses. Por segmento houve superação da meta e dos índices de referência em 2018, a menos do caso do segmento renda variável e investimento estruturado.



Rentabilidade bruta e líquida, versus Meta e Índices de Referência em %

SEGMENTO	Rent. Bruta	Rent. Líquida	Rent. Bruta vs meta atuarial	Rent. Líquida vs meta atuarial	Rent. Bruta vs referência	Rent. Líquida vs referência
Renda fixa	9,8	9,4	0,8	0,5	0,0	-0,3
Renda variável	0,7	0,1	-7,5	-8,1	-14,4	-14,9
Estruturado	8,2	7,9	-0,7	-1,0	-0,4	-0,6
Op. Com participantes	12,1	11,8	2,9	2,7	1,6	1,3
TOTAL	8,6	8,2	-0,3	-0,7	-0,3	-0,7

Acompanhamento da alocação por segmento orientada na política de investimentos em %

SEGMENTO	Alocação dez/2018	Limite legal	Alocação objetivo	limites	
				Inferior	Superior
Renda Fixa	79,8	100,0	76,0	70,0	90,0
Renda Variável	10,7	70,0	14,0	8,0	18,0
Estruturado	7,5	20,0	8,0	4,0	10,0
Exterior	0,0	10,0	0,0	0,0	2,0
Imobiliário	0,5	8,0	0,0	0,0	2,0
Op. com Participantes	1,4	15,0	2,0	0,0	4,0

Meta atuarial, índice de referência e Meta de Rentabilidade por segmento


SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	30% (IPCA + 6,0% a.a.) + 66% IMA-B5 + 4% CDI	IPCA + 5,2% a.a.
Renda Variável	IBr-X + 2% a.a.	IPCA + 8,6% a.a.
Estruturado	CDI + 2% a.a.	IPCA + 5,9% a.a.
Exterior	IPCA + 5,5% a.a.	IPCA + 5,8% a.a.
Imobiliário	IPCA + 5% a.a.	IPCA + 5,0% a.a.
Op. com Participantes	IPCA + 6,4% a.a.	IPCA + 6,2% a.a.
Plano – Meta	IPCA + 5,0% a.a.	IPCA + 5,8% a.a.

5.3.5. Resultado da Política de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa (PGA)

A rentabilidade obtida pelo Plano de Gestão Administrativa - PGA foi inferior a meta definida de IPCA + 4% a.a.

Rentabilidade bruta e líquida, versus Meta e Índices de Referência em %

SEGMENTO	Rent. Bruta	Rent. Líquida	Rent. Bruta vs meta atuarial	Rent. Líquida vs meta atuarial	Rent. Bruta vs referência	Rent. Líquida vs referência
Renda fixa	6,5	6,3	0,1	-0,1	-1,3	-1,4
TOTAL	6,5	6,3	0,1	-0,1	-1,3	-1,4



Acompanhamento da alocação por segmento orientada na política de investimentos em %

SEGMENTO	Alocação dez/2018	Limite legal	Alocação objetivo	limites	
				Inferior	Superior
Renda Fixa	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0

Meta atuarial, índice de referência e Meta de Rentabilidade por segmento

SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	CDI	IPCA + 4,0% a.a.

5.3.6. Políticas de apreçamento dos ativos e gestão riscos

A BRF Previdência adota políticas de gestão de riscos, apreçamento de ativos, utilização de derivativos e política socioambiental comuns aos Planos I, II, III, ao Plano FAF e PGA, respeitados os requisitos da legislação vigente, os limites definidos pelo Conselho Deliberativo, políticas estabelecidas na governança da Entidade e orientações dadas nas Políticas de Investimentos.

5.3.7. Utilização de Instrumentos Derivativos

É permitido o uso de derivativos, desde que respeitados os limites, as restrições e demais condições estabelecidas na legislação e Políticas de Investimentos.

5.3.8. Apreçamento de Ativos Financeiros

Os preços dos ativos detidos via carteira própria e fundos exclusivos são definidos pelo custodiante Itaú Unibanco via metodologias presentes em seu Manual de Marcação a Mercado - Custódia e Controladoria de Fundos e Carteiras disponível no site da instituição (https://www.itaú.com.br/_arquivosstaticos/SecuritiesServices/defaultTheme/PDF/ManualPrecificacao.pdf). Os ativos admitidos à negociação são marcados a mercado considerando preços de negociações do dia, alinhados às referências dadas por instituições de mercado (B3, ANBIMA). Existem ativos (títulos públicos federais NTN-B) com intenção de manutenção até seus vencimentos, sendo seus preços indicados também pelo custodiante e obtidos por cálculos realizados considerando as taxas de juros dos títulos dadas na aquisição ou nas datas de transferências dos títulos para classificação mantidos até vencimento.

Preços de imóveis, presentes no Plano FAF, dados por laudos realizados, anualmente, por empresa independente, em conformidade com legislação.



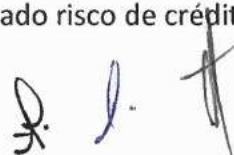
5.3.9. Gestão de Riscos

A gestão de riscos dos investimentos é pautada pela legislação e políticas internas, como Políticas de Investimentos dos Planos que indicam condições e limites, estando as posições detidas ao final do período em conformidade, a menos de:

- Risco de Mercado: posições detidas pelo Plano FAF e Plano I no segmento Estruturado, de forma passiva por condições de mercado, em que, apenas no mês de dezembro, ocorreram posições ligeiramente superiores aos limites, dados nas Políticas, do indicador Valor em Risco (VaR), sendo 8,1% contra 8% de limite para o Plano I e 8,03% contra 8% de limite para o Plano FAF;
- Risco de crédito: posições em ativos de baixo risco sem *rating* de emissão, mas com *rating* de emissor, sendo que em conformidade com Políticas de Investimentos 2019 a 2023, que indicam possibilidade de *rating* tanto para emissão como para emissor.

A seguir são apresentados os riscos associados aos investimentos descritos nas Políticas de Investimentos, em conformidade com legislação e normas internas da BRF Previdência.

- Risco de Mercado: são indicados limites nas Políticas de Investimentos dos Planos para indicadores de risco de mercado (VaR, Benchmark-VaR) e realizados testes de estresse, existindo monitoramento e controle dos investimentos e dos indicadores;
- Risco de Crédito: análise por ativo com metodologia de análise de riscos subsidiada por ratings atribuídos por agências de classificação de risco (S&P, Moody's e Fitch); gestão terceirizada via fundos exclusivos e alocações em fundos abertos; com monitoramento e controle de evolução das emissões e emissores e exposição a títulos de crédito privado. As Políticas de Investimentos dos Planos indicam alocação em ativos com baixo risco de crédito para títulos privados, permitindo riscos fora do limite apenas em casos de reclassificação de risco após aquisição;
- Risco de Liquidez: existência de monitoramento do percentual de carteira disponível para negociação em um determinado horizonte de tempo, respeitando os investimentos adequados às obrigações de curto, médio e longo prazos por Plano. São indicados limites nas Políticas de Investimentos para índice de liquidez;
- Risco Operacional: são respeitadas alçadas estipuladas para negociação de ativos e sua operacionalização. As atribuições e responsabilidades dos envolvidos na gestão dos recursos estão formalizadas, existindo monitoramento dos processos de planejamento, execução e controle de investimento, com avaliações dos riscos de processos para melhoria dos controles, inclusive de auditoria externa e consultoria externa de controles internos;
- Risco Legal: avaliação e monitoramento dos investimentos via relatórios de conformidade que verificam as características dos ativos e a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimentos;
- Risco Sistêmico: mitigação via diversificação de setores e emissores na alocação de recursos. Procura-se diversificar os investimentos em diversas categorias de ativos. Há concentração em títulos públicos federais com adequado risco de crédito;



- Observação dos Princípios Socioambientais: são observados preferencialmente, sem adesão a protocolos e regras.

6. COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS

6.1 Despesas administrativas

As despesas administrativas são apuradas de acordo com o regulamento e os critérios constantes no Plano de Gestão Administrativa - PGA. No ano de 2018 totalizaram R\$ 14.356 mil, representando 0,40% dos recursos garantidores. O quadro abaixo evidencia as despesas, por grupo e por Plano, realizadas no exercício.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	CONSOLIDADO	PLANO I	PLANO II	PLANO III	PLANO FAF
(Em R\$ mil)					
Pessoal e Encargos	10.068	103	763	661	8.541
Serviços de Terceiros	2.508	134	260	261	1.853
Informática	821	9	59	163	590
Gestão e planejamento estratégico	440	64	84	18	274
Despesas com divulgação e publicação	394	4	27	48	315
Outros Serviços	225	3	25	19	178
Consultoria atuarial	189	43	43	0	103
Consultoria jurídica	112	8	3	1	100
Consultoria dos investimentos	111	1	9	5	96
Auditoria externa	63	1	5	3	54
Recursos Humanos	48	0	4	2	42
Guarda de documentos	105	0	1	2	102
Tributos	832	10	72	56	694
Despesas Gerais	639	7	48	71	513
Treinamentos/Congressos e Seminários	144	0	6	74	64
Depreciações e Amortizações	132	4	26	17	85
Viagens e Estadias	33	0	3	4	26
TOTAL	14.356	258	1.178	1.144	11.776

- Programa de remuneração variável

A BRF Previdência tem um programa de remuneração variável denominado de Bonificação por Atingimento de Metas para recompensar a todos os seus colaboradores. O programa é composto por metas individuais, coletivas e da Entidade. O critério para pagamento é o de atingimento de índice mínimo, a partir do qual é paga a bonificação em parcela única anual.



6.2 Despesas com a gestão dos investimentos

Despesas com gestão dos investimentos	Total	Plano I	Plano II	Plano III	Plano FAF
(Em R\$ mil)					
Administração Própria	4.958	46	384	242	4.285
Pessoal e Encargos	4.086	38	309	193	3.545
Consultoria de Investimentos	111	1	9	5	97
Tributos	188	2	22	7	157
Outras Despesas	573	5	44	38	487
Administração Terceirizada	5.620	39	346	269	4.966
Taxa de administração	4.076	20	209	166	3.683
Taxa de performance	6	0	2	1	3
Custódia e Controladoria	534	5	45	31	452
Corretagens	432	1	36	21	374
Cetip/Selic/CBLC	376	11	37	34	294
Taxa Anbid	23	0	2	2	18
Taxa de fiscalização CVM	134	1	11	9	112
Auditoria	39	0	4	5	30
TOTAL	10.578	85	730	511	9.252

6.3. Despesas com fundos exclusivos

	BRF PREV INS-TIT. FIRFCP	BRADESCO FIA SALUBRE	M SQUARE AÇÕES BRFPREV FICFIA	BRADESCO FIRFC BRFPREV	BR2 FIRFCP	BFPP MUL-TIM. FIC FI	WESTERN ASSET INST. 50 AÇÕES FIA
(Em R\$ mil)							
Taxa de Administração	764	339	1.531	368	861	110	105
Taxa de Performance	0	0	0	0	0	0	6
Custódia	32	9	16	18	19	8	7
Corretagens	0	392	0	0	0	0	40
Cetip/Selic/CBLC	51	31	27	39	39	23	29
Taxa Anbid	4	3	4	4	4	3	2
Taxa de Fiscal. CVM	37	15	12	24	24	8	15
Auditoria	8	4	6	4	7	5	5
Rateio por plano (em %)							
Plano FAF	100,0	89,9	100,0	100,0	76,4	0,0	54,2
Plano I	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	1,7	2,1
Plano II	0,0	6,2	0,0	0,0	14,1	33,6	28,5
Plano III	0,0	3,9	0,0	0,0	7,7	63,6	15,1

J. l. f.

7. SEGURIDADE - PLANOS DE BENEFÍCIOS

A BRF Previdência administra quatro Planos de Benefícios nas seguintes modalidades:

- Plano de Benefícios I (contribuição variável CV): fechado para adesões. Incorporado ao Plano II em 31 de dezembro de 2018;
- Plano de Benefícios II (contribuição variável CV): fechado para adesões;
- Plano de Benefícios III (contribuição definida CD): aberto para adesões desde 01/10/2011;
- Plano de Benefícios FAF (benefício definido): fechado para adesões.

7.1. Quadro de participantes

A BRF Previdência encerrou o ano de 2018 com 54.802 participantes, distribuídos conforme quadro abaixo:

PARTICIPANTES - 2018	TOTAL	PLANO I	PLANO II	PLANO III	PLANO FAF
Ativos	44.585	660	3.909	34.198	5.818
Assistidos	6.855	47	71	14	6.723
Autopatrocínados	1.707	15	152	220	1.320
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	1.655	651	349	543	112
TOTAL	54.802	1.373	4.481	34.975	13.973

7.2. Benefícios e institutos pagos

Em 2018, a BRF Previdência realizou pagamentos de benefícios totalizando R\$ 135.250 mil à aposentados e pensionistas e R\$ 30.171 mil relativos às opções dos participantes pelos institutos de Resgate e Portabilidade, conforme quadros abaixo:

BENEFÍCIOS	TOTAL	PLANO I	PLANO II	PLANO III	PLANO FAF
(Em R\$ mil)					
Aposentadoria Normal/Tempo de Contribuição	94.842	496	2.031	238	92.078
Aposentadoria Antecipada	22.201	321	1.569	104	20.206
Pensão por morte	10.781	208	22	69	10.482
Aposentadoria por Invalidez	3.345	19	0	12	3.314
Aposentadoria Especial	2.833	0	0	0	2.833
Benefício Proporcional Diferido	573	45	494	0	34
Aposentadoria por Idade	423	0	0	0	423
Pagamentos Únicos	253	25	203	25	0
TOTAL	135.250	1.113	4.319	449	129.369



INSTITUTOS	TOTAL	PLANO I	PLANO II	PLANO III	PLANO FAF
(Em R\$ mil)					
Resgates de Contribuições	24.805	880	12.401	10.133	1.391
Portabilidades (Saída)	5.367	0	1.779	3.588	0
TOTAL	30.171	880	14.179	13.721	1.391

7.3. Contribuições recebidas

O total dos recursos vertidos para os Planos de Benefícios administrados pela BRF Previdência, mediante contribuições dos participantes, patrocinadoras e portabilidades foi de R\$ 54.017 mil, conforme demonstração a seguir:

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	TOTAL	PLANO I	PLANO II	PLANO III	PLANO FAF
(Em R\$ mil)					
Patrocinadora – Normal (*)	23.339	173	4.327	18.839	0
Participantes - Básica	23.310	144	4.327	18.839	0
Participantes - Suplementar	3.820	16	1.320	2.484	0
Autopatrocinados	3.201	120	1.646	1.435	0
Patrocinadora - Específica/Especial	202	0	202	0	0
Portabilidades (entrada)	145	0	81	64	0
TOTAL	54.017	453	11.903	41.661	0

(*) Inclui valores revertidas do fundo previdencial para abatimento de contribuições conforme regulamento e plano de custeio de aprovados.

8. ESTUDO DE ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES ATUARIAIS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

A consultoria Willis Towers Watson, responsável pela elaboração dos pareceres atuariais, se posicionou acerca da aderência das hipóteses e métodos atuariais dos Planos de Benefícios. Os principais pontos são apresentados a seguir e seus inteiros teores se encontram disponíveis na área de autoatendimento na nossa página na internet.



8.1. Hipóteses e métodos atuariais

- Plano de Benefícios FAF

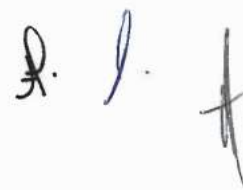
Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a BRF Previdência e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios FAF conforme determina a redação da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

Para a apuração das provisões matemáticas e dos custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2018	2017
Taxa Real Anual de Juros	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,65% a.a.	0,65% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0% a.a.	0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.	0% a.a.

	2018	2017
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Salários	97%	97%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben Entidade	97%	97%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben INSS	97%	97%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada em Invalidez	RRB-1944 Modificada, segregada por sexo	RRB-1944 Modificada, segregada por sexo
Rotatividade	Experiência FAF Ajustada 2016	Experiência FAF Ajustada 2016
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal
Idade de entrada no INSS	Menor entre 20 anos, se homem, e 25 anos, se mulher, e a idade na data de admissão	Menor entre 20 anos, se homem, e 25 anos, se mulher, e a idade na data de admissão
Probabilidade de Opção pelos Institutos		
– Salários até R\$ 2.500,00		



• BPD	6%	6%
• Resgate/Portabilidade	72%	72%
• Autoprocínio	22%	22%
– Salários entre R\$ 2.500,00 e R\$ 5.000,00		
• BPD	4%	4%
• Resgate/Portabilidade	45%	45%
• Autoprocínio	51%	51%
– Salários acima de R\$ 5.000,00		
• BPD	1%	1%
• Resgate/Portabilidade	10%	10%
• Autoprocínio	89%	89%
Composição Familiar do Ativo	81% de casados e mulher 4 anos mais nova que o homem	81% de casados e mulher 4 anos mais nova que o homem

O cálculo das provisões matemáticas de benefícios concedidos dos participantes assistidos considera a composição familiar informada pela entidade.

Para os pensionistas a composição familiar correspondente ao beneficiário vitalício mais jovem, o beneficiário temporário mais jovem e o número de beneficiários elegíveis à pensão. Para os participantes aposentados a composição familiar corresponde ao beneficiário vitalício mais jovem.

Foi realizado estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas constantes nas redações da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

▪ Plano de Benefícios II

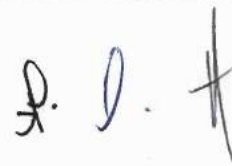
Devido a incorporação do Plano I pelo Plano II, em 31 de dezembro de 2018, o parecer atuarial demonstrado abaixo contempla a massa de participantes incorporados.

Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a BRF Previdência e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios II conforme determina a redação da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

Para a apuração das provisões matemáticas e dos custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2018	2017
Taxa Real Anual de Juros	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben Entidade	97%	97%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben INSS	97%	97%



	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-83	RRB-83

O cálculo das provisões matemáticas de benefícios concedidos dos participantes assistidos considera a composição familiar informada pela entidade.

Para os pensionistas a composição familiar correspondente ao beneficiário vitalício mais jovem, o beneficiário temporário mais jovem e o número de beneficiários elegíveis à pensão. Para os participantes aposentados a composição familiar corresponde ao beneficiário vitalício mais jovem.

Foi realizado estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas constantes nas redações da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

- Plano de Benefícios III

Hipóteses e Métodos Atuariais

Por ser o Plano de Benefícios III estruturado na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes.

8.2. ADERÊNCIA DA TAXA DE JUROS

- Plano de Benefícios FAF

Quando apurada a TIR dos passivos, foi obtido, com intervalo de confiança de 50%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,45% a.a. para o Plano de Benefícios FAF. Com um intervalo de confiança de 71% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação dos ativos do plano é compatível com a taxa real de juros de 5,00% a.a. (mesma taxa adotada na avaliação atuarial de 2017). Esta taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 363/2018 para esse plano (limite inferior: 4,18% e limite superior: 6,37%).

Sendo assim, a BRF Previdência e as patrocinadoras do Plano de Benefícios FAF optaram por manter a taxa real anual de juros de 5,00% na avaliação atuarial de 2018.

- Plano de Benefícios II

Quando apurada a TIR dos passivos do Plano de Benefícios I, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,61% a.a. para o plano de benefícios. Não foram observados cenários estocásticos em que a TIR ficou abaixo de 5,00% a.a.

Quando apurada a TIR dos passivos do Plano de Benefícios II, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,34% a.a. para o plano de benefícios. Assim pode-se afirmar com 71% de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 5,00% a.a.

A taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria nº 363 para os Planos de Benefícios I e II. (limite inferior: 4,19% e limite superior: 6,38%).

Com base nos estudos dos dois planos a taxa sugerida para a avaliação do Plano de Benefícios II em 31/12/2018, data da efetiva incorporação foi de 5% a.a.

- Plano de Benefícios III

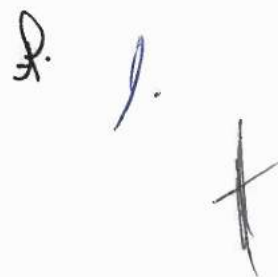
O Plano III é um plano de contribuição definida. Acumula o patrimônio dos participantes em regime de capitalização financeira. A taxa de juros utilizada para projeção dos benefícios é referencial e não tem natureza atuarial. Para este tipo de plano a legislação não prevê estudos para verificação de aderência da taxa de juros de referência.

8.3. Resultados superavitários dos planos de benefícios

- Plano de Benefícios FAF

O Plano FAF encerrou o ano de 2018 com superávit acumulado no valor de R\$ 482.193 mil, apresentando variação positiva em relação ao ano de 2017, resultado decorrente da valorização de ativos. O superávit acumulado representa 18% dos reservas matemáticas, o que demonstra a manutenção do equilíbrio, bem como capacidade para cumprir os compromissos assumidos.

A Willis Towers Watson, consultoria contratada pela BRF Previdência, se posicionou em relação ao equilíbrio do Plano conforme segue:



Soluções para Insuficiência de Cobertura

Não há insuficiência de cobertura.

Variação do resultado

O superávit aumentou de R\$ 452.193.423,56 em 31/12/2017 para R\$ 482.193.297,55 em 31/12/2018.

Natureza do resultado

O aumento do superávit no exercício de 2018 ocorreu devido ao patrimônio de cobertura do plano ter superado o esperado.

Soluções para equacionamento do deficit

Não há déficit a ser equacionado.

▪ **Plano de Benefícios II**

O Plano II apresentou resultado superavitário de R\$ 2.333 mil, reflexos da incorporação do Plano I pelo Plano II.

A Willis Towers Watson, consultoria contratada pela BRF Previdência, se posicionou em relação ao equilíbrio do Plano conforme segue:

Soluções para Insuficiência de Cobertura

Não há insuficiência de cobertura.

Variação do resultado

O superávit aumentou de R\$ 554.070,25 em 31/12/2017, referente ao Plano II, antes de incorporar o Plano I, para R\$ 2.332.619,01 em 31/12/2018, com os planos incorporados.

Natureza do resultado

O aumento do superávit ocorreu principalmente devido à incorporação do Plano I.

Soluções para equacionamento do deficit

Não há déficit a ser equacionado.

▪ **Plano de Benefícios III**

O Plano III é de contribuição definida. Acumula o patrimônio dos participantes em regime de capitalização financeira, não apresentando resultado superavitário ou deficitário. A rentabilidade positiva ou negativa é refletida diretamente na cota do plano, a qual mensura os valores acumulados de reservas de cada participante do plano. A Willis Towers Watson apresentou o posicionamento que segue sobre o plano:

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação do Plano de Benefícios III da BRF Previdência, informamos que o plano está financeiramente equilibrado.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

A íntegra dos pareceres atuariais dos planos de benefícios II, III e FAF encontram-se disponíveis no endereço eletrônico da BRF Previdência www.brfprevidencia.com.br, na área de Autotendimento.

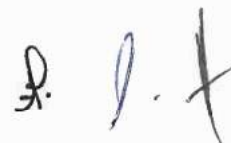
9. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Os ativos administrados pela BRF Previdência totalizaram R\$ 3.632 mil, relativos aos Planos de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.18	31.12.17
DISPONÍVEL	4	399	280
REALIZÁVEL		3.631.016	3.450.361
Gestão Previdencial	5	4.741	4.253
Gestão Administrativa	6	1.175	981
Investimentos	7	3.625.100	3.445.127
Títulos Públicos		1.956.120	1.833.307
Créditos Privados e Depósitos		64.418	59.954
Ações		64.239	107.212
Fundos de Investimento		1.248.543	1.168.016
Investimentos Imobiliários		267.518	252.552
Empréstimos e Financiamentos		24.262	24.086
PERMANENTE	8	177	304
Imobilizado		95	120
Intangível		82	184
TOTAL DO ATIVO		3.631.592	3.450.945



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.18	31.12.17
EXIGÍVEL OPERACIONAL		8.252	9.491
Gestão Previdencial	9	5.653	4.917
Gestão Administrativa	10	2.568	1.395
Investimentos	11	31	3.179
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		399	36
Gestão Previdencial	12	120	36
Gestão Administrativa		279	-
PATRIMÔNIO SOCIAL		3.622.941	3.441.418
Patrimônio de Cobertura do Plano		3.599.476	3.415.943
Provisões Matemáticas	13	3.114.950	2.960.245
Benefícios Concedidos		1.735.998	1.606.623
Benefícios a Conceder		1.378.952	1.353.622
Equilíbrio técnico	14	484.526	455.698
Resultados realizados		484.526	455.698
Superávit Técnico Acumulado		484.526	455.698
Fundos		23.465	25.475
Fundos Previdenciais	15.1	8.813	8.772
Fundos Administrativos	15.2	10.731	13.122
Fundos de investimentos	15.3	3.921	3.581
TOTAL DO PASSIVO		3.631.592	3.450.945



A seguir apresentamos a Demonstração da Mutação do Patrim nio Social.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.18	31.12.17	
A) Patrim�nio Social – In�cio do Exercício	3.441.418	3.220.704	4,85
1. Adições	362.723	392.665	(7,43)
Contribuições previdenciais	46.898	45.063	8,91
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão previdencial	303.519	336.714	(9,86)
Receitas administrativas	11.213	11.346	(1,17)
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão administrativa	755	1.215	(38,02)
Constituição de fundos de investimentos	340	321	5,92
2. Destinações	(181.200)	(171.951)	5,38
Benefícios	(166.762)	(159.454)	4,58
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	(82)	-	100,00
Despesas administrativas	(14.080)	(12.497)	12,57
Constituição líquida de contingências - gestão administrativa	(276)	-	100,00
3. Acréscimo/decréscimo no Patrim�nio Social (1+2)	181.523	220.714	(17,76)
Provisões Matemáticas	154.705	105.530	46,60
Superávit Técnico do exercício	28.828	120.122	(76,00)
Fundos Previdenciais	41	(5.323)	(100,77)
Fundos Administrativos	(2.391)	64	(3.835,94)
Fundos dos Investimentos	340	321	5,92
B) Patrim�nio Social - Final do Exercício (A+3)	3.622.941	3.441.418	5,27

A seguir apresentamos a Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) e o Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por Plano de Benefícios.



▪ Plano de Benefícios FAF

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS FAF

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.18	31.12.17	
1. Ativos	3.128.475	2.994.764	4,46
Disponível	44	17	158,82
Recebível	10.363	12.008	(13,70)
Investimento	3.118.068	2.982.739	4,54
Títulos Públicos	1.688.272	1.577.066	7,08
Créditos Privados e Depósitos	64.418	59.954	7,45
Ações	51.405	85.792	(40,08)
Fundos de Investimento	1.026.440	987.042	3,99
Investimentos Imobiliários	267.518	252.552	5,93
Empréstimos e Financiamentos	20.015	20.333	(1,56)
2. Obrigações	1.885	5.043	(62,62)
Operacional	1.798	5.038	(64,31)
Contingencial	87	5	1.640,00
3. Fundos não previdenciais	13.677	15.471	(11,60)
Fundo Administrativo	9.995	11.997	(16,69)
Fundos dos Investimentos	3.682	3.474	5,99
5. Ativo líquido (1-2-3)	3.112.913	2.974.250	4,66
Provisões Matemáticas	2.629.337	2.520.328	4,33
Superavit Técnico	482.193	452.193	6,63
Fundos Previdenciais	1.383	1.729	(20,01)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	482.193	452.193	6,63
b) Ajuste de precificação	118.593	117.252	1,14
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	600.786	569.445	5,50

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS FAF

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.18	31.12.17	
A) Ativo líquido - Início do Exercício	2.974.250	2.796.425	6,36
1. Adições	276.126	305.824	(9,71)
Contribuições	6.765	7.020	(3,63)
Resultado positivo líquido dos Investimentos - gestão previdencial	269.361	298.798	(9,85)
Reversão líquida de contingências - gestão previdencial	-	6	(100,00)
2. Destinações	(137.463)	(127.999)	7,39
Benefícios	(130.980)	(121.457)	7,84
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	(82)	-	100,00
Custeio administrativo	(6.401)	(6.542)	(2,16)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	138.663	177.825	(22,02)
Provisões Matemáticas	109.009	61.032	78,61
Fundos Previdenciais	(346)	(2.617)	(86,78)
Superavit Técnico do exercício	30.000	119.410	(74,88)
B) Ativo líquido - Final do Exercício (A+3)	3.112.913	2.974.250	4,66
C) Fundos não previdenciais	13.677	15.471	(11,60)
Fundo administrativo	9.995	11.997	(16,69)
Fundo dos investimentos	3.682	3.474	5,99

R. J. T. 39

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO DE BENEFÍCIOS FAF

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.18	31.12.17	
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	3.118.480	2.982.767	4,55
1. Provisões Matemáticas	2.629.337	2.520.328	4,33
1.1. Benefícios Concedidos	1.683.790	1.558.393	8,05
Contribuição Definida	457	448	2,01
Benefício Definido	1.683.333	1.557.945	8,05
1.2. Benefício a Conceder	945.547	961.935	(1,70)
Contribuição Definida	837	1.022	(18,10)
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)	694	814	(14,74)
Saldo de contas - Parcela Participantes	143	208	(31,25)
Benefício Definido	944.710	960.913	(1,69)
2. Equilíbrio Técnico	482.193	452.193	6,63
2.1. Resultados Realizados	482.193	452.193	6,63
Superavit Técnico Acumulado	482.193	452.193	6,63
Reserva de Contingência	482.193	452.193	6,63
3. Fundos	5.065	5.203	(2,65)
3.1. Fundos Previdenciais	1.383	1.729	(20,01)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.682	3.474	5,99
4. Exigível Operacional	1.798	5.038	(64,31)
4.1. Gestão Previdencial	1.776	1.879	(5,48)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	22	3.169	(99,30)
5. Exigível Contingencial	87	5	1.640,00
5.1. Gestão Previdencial	87	5	1.640,00

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS FAF

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.18	31.12.17	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	11.997	12.234	(1,94)
1. Custeio da Gestão Administrativa	9.774	10.394	(5,96)
1.1. Receitas	9.774	10.394	(5,96)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.401	6.542	(2,16)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.303	2.302	0,04
Taxa de Administração de Empréstimos	379	420	(9,76)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	691	1.130	(38,85)
2. Despesas Administrativas	(11.550)	(10.631)	8,64
2.1. Administração Previdencial	(7.343)	(6.852)	7,17
2.1.1. Despesas Comuns	(6.603)	(5.857)	12,74
2.1.2. Despesas Específicas	(740)	(995)	(25,63)
Viagens e estadias	-	(1)	(100,00)
Serviços de terceiros	(327)	(299)	9,36
Despesas Gerais	-	(109)	(100,00)
Depreciações e amortizações	(23)	(42)	(45,24)
Tributos	(390)	(544)	(28,31)
2.2. Administração dos Investimentos	(4.207)	(3.779)	11,33
2.2.1. Despesas Comuns	(4.112)	(3.500)	17,49
2.2.2. Despesas Específicas	(95)	(279)	(65,95)
Serviços de terceiros	(7)	(90)	(92,22)
Depreciações e amortizações	(10)	(10)	-
Tributos	(78)	(179)	(56,42)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(226)	-	(100,00)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	(2.002)	(237)	744,73
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(2.002)	(237)	744,73
8. Operações Transitórias	-	-	-
8) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	9.995	11.997	(16,69)



▪ Plano de Benefícios II

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS II

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.18	31.12.17	
1. Ativos	309.626	298.898	3,59
Disponível	31	21	47,62
Receível	1.258	1.553	(19,00)
Investimento	308.337	297.324	3,70
Títulos Públicos	192.160	184.061	4,40
Ações	9.940	16.589	(40,08)
Fundos de Investimento	104.665	95.339	9,78
Empréstimos e Financiamentos	1.572	1.335	17,75
2. Obrigações	394	544	(27,57)
Operacional	361	513	(29,63)
Contingencial	33	31	6,45
3. Fundos não previdenciais	224	391	(42,71)
Fundo Administrativo	124	344	(63,95)
Fundos dos Investimentos	100	47	112,77
5. Ativo líquido (1-2-3)	309.008	297.963	3,71
Provisões Matemáticas	300.328	289.117	3,88
Superavit Técnico	2.333	3.505	(33,44)
Fundos Previdenciais	6.347	5.341	18,84
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	2.333	3.505	(33,44)
b) Ajuste de precificação	1.018	1.063	(4,23)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	3.351	4.568	(26,64)

Para permitir a comparabilidade, consolidamos os dados do exercício de 2017 do Plano de Benefícios I incorporado em 30 de dezembro de 2018 com o Plano de Benefícios II - Incorporador.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS II

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.18	31.12.17	
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	297.963	287.803	3,53
1. Adições	29.172	35.834	(18,59)
Contribuições	10.808	10.396	3,97
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão previdenciária	18.364	25.439	(27,81)
2. Destinações	(19.127)	(25.674)	(25,50)
Benefícios	(18.571)	(24.651)	(25,27)
Custeio Administrativo	(556)	(823)	(32,44)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	10.045	10.160	(1,13)
Provisões matemáticas	10.481	10.396	0,82
Fundos previdenciários	(147)	(948)	(84,49)
Superávit técnico do exercício	(289)	712	(140,59)
4. Operações Transitórias	1.000	-	100,00
Operações Transitórias	1.000	-	100,00
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	309.008	297.963	3,71
C) Fundos não previdenciários	224	391	(42,71)
Fundo administrativo	124	344	(63,95)
Fundo dos Investimentos	100	47	112,77

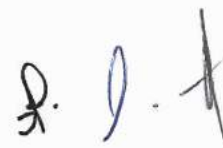
Para permitir a comparabilidade, consolidamos os saldos do exercício de 2017 do Plano de Benefícios I incorporado em 30 de dezembro de 2018 com o Plano de Benefícios II - Incorporador.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO DE BENEFÍCIOS II

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.18	31.12.17	
PROVISÕES TÉCNICAS	309.502	298.554	3,67
1. Provisões Matemáticas	300.329	289.117	3,88
1.1. Benefícios Concedidos	49.927	45.730	9,18
Contribuição Definida	32.674	29.325	11,42
Benefício Definido	17.253	16.405	5,17
1.2. Benefício a Conceder	250.402	243.387	2,88
Contribuição Definida	250.402	243.387	2,88
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)	108.634	106.448	2,05
Saldo de contas - Parcela Participantes	141.768	136.939	3,53
2. Equilíbrio Técnico	2.333	3.505	(33,44)
2.1. Resultados Realizados	2.333	3.505	(33,44)
Superávit Técnico Acumulado	2.333	3.505	(33,44)
Reserva de Contingência	2.333	3.353	(30,42)
Reserva para Revisão do Plano	-	152	(100,00)
3. Fundos	6.446	5.388	19,64
3.1. Fundos Previdenciários	6.346	5.341	18,82
3.2. Fundos dos Investimentos	100	47	112,77
4. Exigível Operacional	361	513	(29,63)
4.1. Gestão Previdenciária	357	511	(30,14)
4.2. Investimentos - Gestão Previdenciária	4	2	100,00
5. Exigível Contingencial	33	31	6,45
5.1. Gestão Previdenciária	33	31	6,45

Para permitir a comparabilidade, consolidamos os saldos do exercício de 2017 do Plano de Benefícios I incorporado em 30 de dezembro de 2018 com o Plano de Benefícios II - Incorporador.



DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS II

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.18	31.12.17	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	344	412	(14,50)
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.027	1.309	(21,54)
1.1. Receitas	1.027	1.309	(21,54)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	557	624	(92,40)
Custeio Administrativo dos Investimentos	441	432	2,08
Taxa de Administração de Empréstimos	21	19	10,53
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	8	34	(76,47)
2. Despesas Administrativas	(1.154)	(1.377)	(14,19)
2.1. Administração Previdencial	(782)	(942)	(18,71)
2.1.1. Despesas Comuns	(409)	(413)	(0,45)
2.1.2. Despesas Específicas	(175)	(349)	(50,43)
Serviços de terceiros	(121)	(244)	(50,41)
Despesas Gerais	-	(21)	(100,00)
Depreciações e amortizações	(15)	(20)	(25,00)
Tributos	(37)	(64)	(42,19)
2.2. Administração dos Investimentos	(372)	(415)	(10,34)
2.2.1. Despesas Comuns	(355)	(346)	(5,01)
2.2.2. Despesas Específicas	(17)	(49)	(65,31)
Serviços de terceiros	-	(16)	(100,00)
Depreciações e amortizações	(6)	(10)	(40,00)
Tributos	(11)	(23)	(52,17)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(24)	-	(100,00)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	(151)	(48)	122,04
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(151)	(48)	122,04
8. Operações Transitórias	(49)	-	(100,00)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	124	344	(63,95)

Para permitir a comparabilidade, consolidamos os saldos do exercício de 2017 do Plano de Benefícios Incorporado em 30 de dezembro de 2018 com o Plano de Benefícios II - Incorporado.



▪ Plano de Benefícios III

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS III

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.18	31.12.17	
1. Ativos	190.644	155.888	22,30
Disponível	126	32	293,75
Recebível	3.852	3.814	1,00
Investimentos	186.666	152.042	22,77
Títulos Públicos	73.613	64.196	14,67
Ações	2.894	4.831	(40,10)
Fundos de Investimento	107.484	80.597	33,36
Empréstimos e Financiamentos	2.675	2.418	10,63
2. Obrigações	3.525	2.545	38,51
Operacional	3.525	2.545	38,51
3. Fundos não previdenciais	751	841	(10,70)
Fundo Administrativo	612	781	(21,64)
Fundos dos Investimentos	139	60	131,67
5. Ativo líquido (1-2-3)	186.368	152.502	22,21
Provisões Matemáticas	185.284	150.800	22,87
Fundos Previdenciais	1.084	1.702	(36,31)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS III

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.18	31.12.17	
A) Ativo líquido - Início do Exercício	152.502	120.158	26,92
1. Adições	49.871	46.196	7,96
Contribuições	36.801	33.720	9,14
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	13.070	12.476	4,76
2. Destinações	(16.005)	(13.852)	15,54
Benefícios	(15.186)	(13.146)	15,52
Custeio administrativo	(819)	(706)	16,01
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo líquido (1+2)	33.866	32.344	4,71
Provisões matemáticas	34.484	34.102	1,12
Fundos Previdenciais	(618)	(1.758)	(64,85)
B) Ativo líquido - Final do Exercício (A+3)	186.368	152.502	22,21
C) Fundos não previdenciais	751	841	(10,70)
Fundo administrativo	612	781	(21,64)
Fundo dos Investimentos	139	60	131,67



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO DE BENEFÍCIOS III

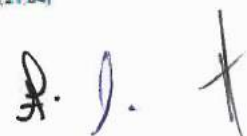
{Em milhares de reais}

	Exercício findo em		Variação
	31.12.18	31.12.17	(%)
PROVISÕES TÉCNICAS	190.032	155.107	22,52
1. Provisões Matemáticas	185.284	150.800	22,87
1.1. Benefícios Concedidos	2.281	2.500	(8,76)
Contribuição Definida	2.281	2.500	(8,76)
1.2. Benefício a Conceder	183.003	148.300	23,40
Contribuição Definida	183.003	148.300	23,40
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)	75.691	59.792	26,59
Saldo de contas - Parcela Participantes	107.312	88.508	21,25
3. Fundos	1.223	1.762	(30,59)
3.1. Fundos Previdenciais	1.084	1.702	(36,31)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	139	60	131,67
4. Exigível Operacional	3.525	2.545	38,51
4.1. Gestão Previdencial	3.520	2.527	39,30
4.2. Investimentos	5	18	(72,22)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS III

{Em milhares de reais}

	Exercício findo em		Variação
	31.12.18	31.12.17	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	781	412	89,56
1. Custeio da Gestão Administrativa	975	858	13,64
1.1. Receitas	975	858	13,64
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	819	706	16,01
Custeio Administrativo dos Investimentos	73	67	8,96
Taxa de Administração de Empréstimos	34	34	0,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	47	31	(7,84)
2. Despesas Administrativas	(1.121)	(489)	129,24
2.1. Administração Previdencial	(882)	(337)	161,72
2.1.1. Despesas Comuns	(925)	(228)	217,98
2.1.2. Despesas Específicas	(157)	(109)	44,04
Treinamentos / congressos e seminários	(69)	-	100,00
Serviços de terceiros	(47)	(49)	(4,08)
Despesas Gerais	-	(8)	(100,00)
Depreciações e amortizações	(12)	(11)	9,09
Tributos	(29)	(41)	(29,27)
2.2. Administração dos Investimentos	(239)	(152)	57,24
2.2.1. Despesas Comuns	(232)	(136)	70,59
2.2.2. Despesas Específicas	(7)	(16)	(56,25)
Serviços de terceiros	-	(7)	(100,00)
Depreciações e amortizações	(4)	(2)	100,00
Tributos	(3)	(7)	(57,14)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(23)	-	(100,00)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	(169)	369	(145,80)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(169)	369	(145,80)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	612	781	(21,64)



As notas explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e estão disponíveis no endereço eletrônico da BRF Previdência: www.brfp Previdencia.com.br, na área de autoatendimento.

10. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



MOTTA

P-038/19 - B. Horizonte, 11.03.19

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
BRF Previdência
São Paulo - SP

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRF Previdência, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do plano de gestão administrativa, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BRF Previdência e individuais dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado e por Planos de Benefícios de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Ênfase

Conforme mencionado na nota 18.4, o processo de incorporação do Plano de Benefícios I pelo Plano de Benefícios II foi aprovado pela Portaria PREVIC n° 1.001, de 25 de outubro de 2018; assim, os Participantes e Assistidos do Plano I tornaram-se beneficiários do Plano II, sendo este sucessor de todos os direitos e obrigações do Plano incorporado.



46

4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor.

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, por Plano de Benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o referido relatório, e considerar se o conteúdo está consistente com as informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Não temos nada a relatar sobre o mesmo dado à sua inexistência nesta data.

5. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

6. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:



- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 11 de março de 2019

FERNANDO MOTTA AUDITORES
CRCMG – 12.557


Luiz Otávio Souza Rosa
Contador CRCSP 1RJ – 116523


Fernando Campos Motta
Contador CRCSP 1MG – 091109



11. PARECER DO CONSELHO FISCAL**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

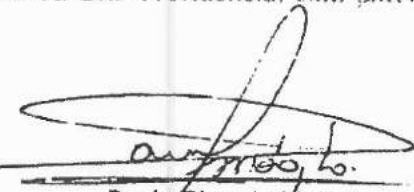
O Conselho Fiscal da BRF Previdência, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 58 do Estatuto da Sociedade e tendo em vista as disposições da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis da BRF Previdência referentes ao exercício findo em 31.12.2018, compostas por: Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração da Mutação do Patrim nio Social - DMPS (consolidada), Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada), Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrac o das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT), Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA e respectivas Notas Explicativas; Parecer Atuarial por plano de benefícios emitido pela Consultoria Atuarial Willis Towers Watson referente

os Plano de Benefícios II, III e FAF; Parecer Atuarial de Incorporac o do Plano de Benefícios I pelo Plano de Benefícios II emitido pela Consultoria Atuarial Willis Towers Watson e Parecer dos Auditores Independentes Fernando Motta & Associados. Com base nas análises dos documentos apresentados e no parecer dos auditores independentes, este Conselho é de opinião unânime que as demonstra es contábeis e atuariais estão de acordo com as normas legais e que os mesmos apresentam adequadamente a posi o patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2018, razão pela qual encaminha ao Conselho Deliberativo da BRF Previdência, com parecer favorável a sua aprova o.


São Paulo (SP), 14 de março de 2019



Ronaldo Ferrari
Presidente do Conselho



Paulo Ricardo Magro
Conselheiro



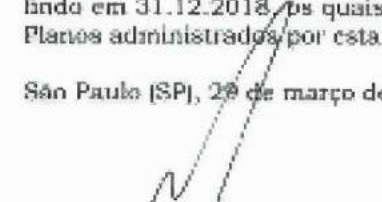
Neilor Nozati Pacheco
Conselheiro




12. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO**

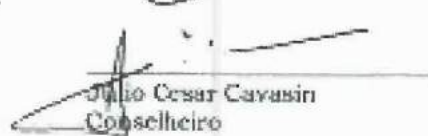
O Conselho Deliberativo da BRF Previdência, no cumprimento de suas obrigações que lhe conferem os Incisos III e VII do artigo 38 do Estatuto da Sociedade e tendo em vista as disposições da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis da BRF Previdência, referentes ao exercício findo em 31.12.2018, compostas por: Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DPT), Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA e respectivas Notas Explicativas; Parecer Atuarial por plano de benefícios emitido pela Consultoria Atuarial Willis Towers Watson referente os Planos de Benefícios II, III e FAF e Parecer dos Auditores Independentes Fernando Motta & Associados. Com base nas análises dos documentos apresentados e no parecer dos auditores independentes, este Conselho é de opinião unânime que as demonstrações contábeis e atuariais estão de acordo com as normas legais e que os mesmos apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2018. Após análise dos documentos supracitados e respaldado pelo Parecer do Conselho Fiscal de 14.03.2019, o Conselho Deliberativo resolve, por unanimidade de votos, aprovar os documentos referentes ao exercício findo em 31.12.2018, os quais serão divulgados a todos os Participantes dos Planos administrados por esta Entidade.


São Paulo (SP), 28 de março de 2019



Marcos Roberto Badallato
Presidente do Conselho Deliberativo

Marcílio Angelo Cherobin
Conselheiro

João Benedito Filho
Conselheiro

Julio Cesar Cavasin
Conselheiro

Isaura Salete Redin Daibello
Conselheira



ROSANE VON MECHELN

Diretora Superintendente



MAURO BOGONI

Diretor Administrativo e de Seguridade



ROBERTO FRANCISCO CASAGRANDE HERDEIRO

Diretor de Investimentos